

ortodoxo

**Teodomiro Braga e
Maria Luiza Abbott**

BRASÍLIA — Depois de três choques heterodoxos fracassados, o governo prepara agora um choque ortodoxo, que deverá ser anunciado até o final do mês, para evitar a hiperinflação. O Plano, que está sendo preparado pela equipe econômica desde a semana passada, inclui medidas que ele tem poderes para fazer como elevação das taxas de juros, desvalorização do cruzado novo e reindexação da economia. Estão na lista idéias que o governo sempre prometeu e nunca conseguiu realizar como fechamento e privatização de estatais, demissões de pelo menos 90 mil funcionários públicos e aumento da fiscalização. Está sendo estudada também a criação de empréstimos compulsórios. Como isto só pode acontecer, de acordo com a nova Constituição, em casos de calamidade pública, o fantasma da hiperinflação será o argumento. Como há risco de crise cambial, serão tomadas medidas de limitação às remessas de dólares ao exterior. O pacote incluirá também veto à política de reajustes mensais de salário recentemente aprovada pelo Congresso.

Os estudos para a decretação das medidas foram apressadas pelas indicações de que a inflação de junho poderá ultrapassar de 20%, além da possível disparada do índice em julho. O novo choque está sendo elaborado com base nas teorias clássicas de combate à inflação e, por isso, exclui a adoção de congelamento de preços e dá ênfase à contenção das atividades econômicas e dos reajustes de salários. O plano pressupõe um superávit fiscal em 1989, o que atende as exigências do FMI (Fundo Monetário Internacional) para assinatura de novo acordo com o país. Com a decretação do pacote, o governo espera obter um trunfo nas negociações com os bancos credores para redução dos pagamentos de juros da dívida externa ainda este ano.

A equipe econômica está convencida de que sem a imediata adoção de medidas duras não será possível conter a escalada inflacionária e, por isso, ainda espera conseguir o apoio

do Congresso. No entanto, o governo está disposto a baixar as medidas por iniciativa própria, caso fracasse o entendimento que está em andamento com os líderes políticos.

Salários — A alternativa de um novo choque nos moldes heterodoxos foi descartada, porque até mesmo o ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, está convencido de sua ineficácia. Mailson acredita que a economia já criou anticorpos à fórmula de congelamento de preços e salários. O voto do presidente à política de reajustes mensais de salários, aprovada no mês passado pelo Congresso, é um dos principais pontos em estudo no governo. Acha o ministro Mailson que a lei salarial do Congresso tem um potencial inflacionário maior do que a URP e, em seu lugar, a equipe econômica propõe reajustes trimestrais de salários.

Outro componente importante do plano é a restrição do crédito, combinada com a elevação das taxas de juros. A emissão de moeda será fortemente contida, inclusive porque o governo precisará de menos recursos em consequência da planejada redução do déficit público. O ajuste fiscal prevê a demissão de pelo menos 90 mil funcionários públicos — medida pretendida pelo governo logo após a edição do Plano Verão —, fechamento e privatização de estatais e cortes de investimentos. Também poderão ser criados empréstimos compulsórios, já que a aceleração inflacionária e a ameaça de hiperinflação caracterizariam um estado de calamidade pública. Nesse caso, a Constituição faculta a criação de empréstimos compulsórios com entrada em vigor no mesmo ano.

O aumento de receita também seria consequência da própria reindexação da economia, pois os impostos passam a ter correção monetária diária pela variação do BTN (Bônus do Tesouro Nacional) fiscal. Com a instituição do BTN fiscal, a tributação do mercado financeiro volta a ser apenas sobre o ganho real. Com os cortes de gastos e aumentos de receita, o governo espera conseguir um superávit primário — que exclui despesas financeiras — de 2% a 4% do Produto Interno Bruto (PIB), cerca de NCz\$ 11,8 bilhões a NCz\$ 23,7 bilhões.